



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – CAMPUS I
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE URBANISMO**

MANOEL DA CRUZ RIBEIRO JÚNIOR

A CONFORMAÇÃO DAS DUAS CENTRALIDADES NA CAPITAL BAIANA:

Área Central do Comércio e do Iguatemi

Salvador
2016

Manoel da Cruz Ribeiro Júnior

A CONFORMAÇÃO DAS DUAS CENTRALIDADES NA CAPITAL BAIANA:

Área Central do Comércio e do Iguatemi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na disciplina Seminário Monográfico, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Urbanismo pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Orientador: Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto

Salvador
2016

Universidade do Estado da Bahia

Sistema de Biblioteca

Ficha Catalográfica - Produzida pela Biblioteca Edivaldo Machado Boaventura

RIBEIRO JÚNIOR, Manoel da Cruz .

A CONFORMAÇÃO DAS DUAS CENTRALIDADES NA CAPITAL
BAIANA: Área Central do Comércio e do Iguatemi / Manoel da Cruz Ribeiro
Júnior, 2016.

44 : il.

Orientador: Agripino Souza Coelho Neto

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra, Salvador, 2016

1. Centralidade Urbana. 2. Bairro do Comércio. 3. Iguatemi.
I. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da
Terra. II. Título.

CDD: 300

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – CAMPUS I
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE URBANISMO**

**A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova o
Trabalho de Conclusão de Curso**

A CONFORMAÇÃO DAS DUAS CENTRALIDADES NA CAPITAL BAIANA:

Área Central do Comércio e do Iguatemi

elaborado por
Manoel da Cruz Ribeiro Júnior

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Urbanismo

Banca Examinadora:

Agripino Souza Coelho Neto
Doutor em Geografia
Universidade do Estado da Bahia

Antonio Muniz dos Santos Filho
Mestre em Geografia
Universidade do Estado da Bahia

Ricardo Bahia Rios
Doutor em Geografia
Instituto Federal da Bahia

Salvador, 23 de maio de 2016

A CONFORMAÇÃO DAS DUAS CENTRALIDADES NA CAPITAL BAIANA:

Área Central do Comércio e do Iguatemi

Manoel da Cruz Ribeiro Júnior¹

Agripino Sousa Coelho Neto²

RESUMO

A área do Comércio, na Cidade Baixa, funcionava como principal centro financeiro, comercial e de serviços na cidade do Salvador. A partir da década de 1970, através de um planejamento político e com o início do funcionamento do Shopping Iguatemi – atual *Shopping da Bahia* – o bairro do Comércio, na perspectiva de centralidade urbana, passa a compartilhar essa atribuição com outra área: uma nova configuração espacial para a capital baiana forma-se no entorno do Iguatemi. O presente artigo aborda a conjuntura e os fatores que levaram o surgimento da nova centralidade. Para tanto privilegiou-se as seguintes formas de pesquisa: de campo, para levantamento de dados; revisão de literatura, empírica e histórica. No que diz respeito ao crescimento da cidade e ao desenvolvimento metropolitano ocasionado aos longos dos anos na cidade do Salvador, a abordagem deste artigo buscou compreender – na produção do espaço urbano – as suas centralidades.

Palavras-chave: Centralidade Urbana; Bairro do Comércio; Iguatemi.

1 INTRODUÇÃO

A área portuária de Salvador, compreendida pela área do Comércio, era uma referência para tudo e para todos, até mesmo na questão da mobilidade urbana. Entretanto com o decorrer dos anos, a área que outrora era o coração financeiro da cidade do Salvador começou a presenciar a migração de uma grande parte dos bancos, escritórios, empresas diversas e comércio do varejo para a área do Iguatemi.

Com o planejamento voltado para a área do Iguatemi e a implantação do shopping e outros atrativos no entorno, conformou-se uma nova centralidade em contraponto a

¹ Estudante do bacharelado em Urbanismo na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: manoel-eu2@hotmail.com

² Orientador do trabalho. Professor do Curso de Geografia da UNEB, e-mail: ascneto@bol.com.br

área do Comércio, conseqüentemente atingindo a famosa Rua Chile onde estavam situadas as mais diversas lojas da cidade. A nova centralidade aconteceu em decorrência da lógica de produção do espaço urbano dado pelos interesses do capital fundiário-imobiliário, associado a outros capitais³. (CORRÊA, 1989, p. 33)

Da economia portuária agro-exportadora ao planejamento de um setor de serviços, esse é o contexto de surgimento das duas centralidades apontadas no trabalho. O primeiro referente a localização do Centro Histórico – mais precisamente na área do Comércio, tendo sua prosperidade relacionada com a influência econômica das atividades portuárias e da produção de açúcar e do fumo no Recôncavo na qual desembarcava no porto. E o segundo, a área do Iguatemi, onde encontra-se uma lógica de setores sem ligação com a economia portuária, mas intimamente relacionada com outros aspectos, tais quais um planejamento prévio, a presença do novo setor terciário, a estação rodoviária, o shopping center, etc. A questão que se coloca para investigação é: houve um processo de migração da centralidade da área do Comércio para a área do Iguatemi ou presenciamos a existência de duas centralidades na cidade? Numa hipótese de trabalho aponto para a existência de duas centralidades na cidade do Salvador, embora com diferentes graus de centralização.

Na análise da centralidade urbana nota-se a interdependência entre dinâmicas que envolvem a estruturação interna das cidades, desde a nova localização dos equipamentos de comércio e de serviços, o uso do automóvel, como também outros aspectos presentes (LOPES, 2005, p. 01). Portanto, o presente trabalho propõe-se a analisar a conformação das centralidades, na capital baiana.

A escolha deste tema para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso de Urbanismo surge da importância da compreensão da dinâmica urbana como principal instrumento norteador do desenvolvimento urbano e, nele a importância que tem os setores centrais em uma cidade. A opção por esta temática decorre das transformações regidas por um urbanismo que não é estático, além da contribuição que a investigação proporciona para a formação acadêmica do próprio urbanista.

³ Conforme reflexão de Corrêa (1989) ao analisar a produção do espaço Urbano, exemplificando a atuação dos agentes do capital (imobiliário; privado; com interesses nas intervenções urbanas) em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro.

⁴ Baseado no artigo produzido pelo autor (2014) em parceria com MACAMBIRA, T. e MARIANO, L.; podendo ser consultado em: <http://www.cms.ba.gov.br/ouvidoria_artigos.aspx?id=15>. Acesso em:

Na cidade do Salvador, a concretude dos setores centrais se evidencia após a década de 1970, onde duas áreas na cidade assumem o papel do processo de centralização, conformando duas centralidades principais. Portanto existe a necessidade de analisar as especificidades do processo de redefinição da centralidade na capital baiana, ou seja, seus desdobramentos, suas dimensões, localizações e outros aspectos que favoreçam o seu entendimento.

Partindo destes elementos, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de conformação das centralidades na cidade do Salvador. Os objetivos específicos, portanto, centram-se em descrever a formatação do processo de centralização; e caracterizar o perfil das duas centralidades: área do Comércio e área do Iguatemi.

Como procedimento metodológico, optou-se pela realização da pesquisa de campo na Secretaria da Fazenda (SEFAZ) para obtenção do Valor Unitário Padrão (VUP) das áreas centrais em estudo; na Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB) para compreensão da circulação do transporte público; e na Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador) para análise da oferta/distribuição das linhas de circulação urbana dos ônibus; e visita *in loco* nas áreas estudadas, para registro fotográfico. Estes dados serão utilizados como base da construção das áreas centrais abordadas. Além disso, as fontes bibliográficas secundárias, no caso livros e documentos eletrônicos, foram de suma importância e também caracterizam a metodologia utilizada. Por fim, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, ou seja, apresenta a análise dos dados descritivos; das ilustrações e dos mapas utilizados.

Este artigo encontra-se estruturado em cinco seções. A primeira corresponde a essa introdução; a segunda a definição de área central, trabalhando com a conformação do processo de centralização (área central, núcleo central, área periférica do centro, centralidades); a terceira correspondente a conformação da centralidade na área do Comércio, buscando identificar e caracterizar o perfil da área central, abordando o seu processo de formação e seu perfil atual; na quarta seção, fazendo o mesmo percurso, a análise se destina para a área central do Iguatemi; e por fim, na última seção, registra-se a conclusão.

2 A CENTRALIDADE URBANA E A FORMAÇÃO DA ÁREA CENTRAL

O período final do século XIX ao século XX foi marcado pela evolução do conhecimento técnico científico e por profundas mudanças globais no campo econômico e sociocultural. Tais transformações se refletem no processo de urbanização com a expansão do tecido urbano e nas relações de uso e ocupação do solo, em escalas diferenciadas, consolidando o papel dos núcleos urbanos. Assim, a cidade, ganha novas funções como centro produtivo, marcado pelo processo de industrialização e amplia e diversifica o seu papel de prestadora de serviços, centro de distribuição e comercialização.⁴

Durante o processo de urbanização e consolidação das cidades redesenhada pelo novo contexto socioeconômico e político pós Revolução Industrial, é comum que na cidade esteja presente uma área central, afinal conforme afirma Lefebvre (1999) não existe realidade urbana sem centro, pois, o essencial do fenômeno urbano está na centralidade.

Não importa qual ponto possa tornar-se central, esse é o sentido do espaço-tempo urbano. A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo (LEFEBVRE, 1999, p.110).

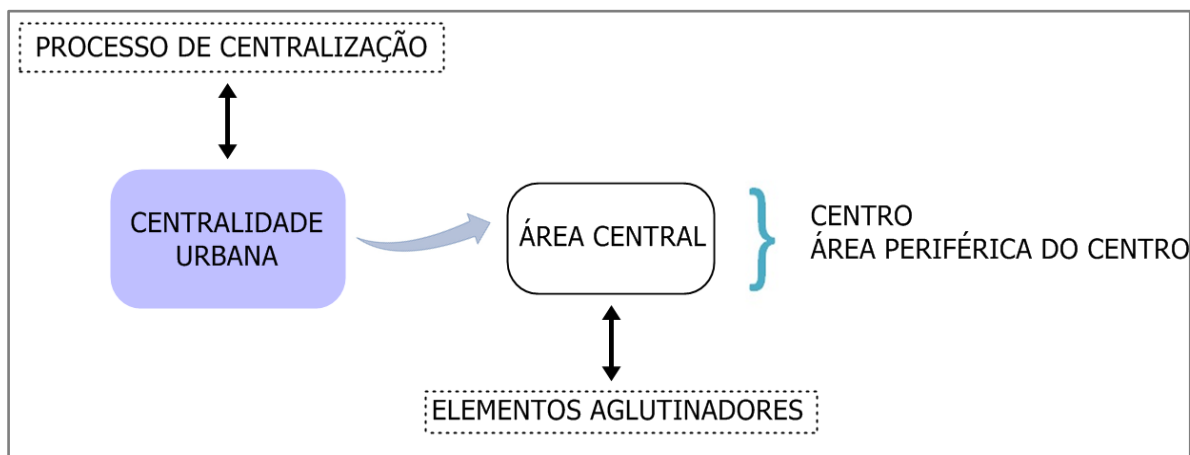
Observa-se que a centralidade é, portanto, a ação de tornar-se central, conforme Lefebvre (1999), para tanto, o alcance desse processo de centralização dependerá do conteúdo emitido – seja esse qual for, mas é indissociável a presença dos outros elementos, tal qual a área central e sua formação.

A área central surge, quando ela se sobressai perante as demais áreas existentes. Conforme Corrêa (1989, p. 39), ela é “resultado do processo de centralização”, para tanto, há fatores essenciais que impulsionam essa centralização. O centro constitui-se pelo processo de centralização de atividades, ou seja, de convergência de elementos aglutinadores que demandam a concentração de fatores fundamentais (comércio, serviços, gestão pública e privada, lazer e valores materiais e simbólicos) para a manutenção da sociedade em um espaço determinado (SPOSITO, 2004 *apud* ALVES, 2011a, p. 176).

⁴ Baseado no artigo produzido pelo autor (2014) em parceria com MACAMBIRA, T. e MARIANO, L.; podendo ser consultado em: <http://www.cms.ba.gov.br/ouvidoria_artigos.aspx?id=15>. Acesso em: 07/03/2016

Como medida ilustrativa, pode-se esboçar o seguinte esquema (Figura 1) para compreensão da formatação da centralidade urbana, que resultará a área central:

Figura 1 – Esquema caracterizando o processo de centralização.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na análise do esquema exposto na Figura 1, fica claro a centralidade urbana, portanto, como condição de ser central associada intrinsecamente ao processo de centralização; a área central resultante deste processo que é característico da centralidade urbana, associado aos elementos aglutinadores e a formatação desta área central (centro e área periférica) – configuração que será aprofundada mais adiante, ainda nessa seção.

Vale ressaltar ainda, que o significado de centralidade diverge da do centro não apenas conceitualmente – o primeiro como “qualidade ou situação de central”⁵ e o segundo como “lugar onde habitualmente se procuram certas coisas ou se tratam certos negócios”⁶, respectivamente – mas, também, na própria formatação espacial (o centro, portanto, admite a existência de diversas formações geométricas numa cidade: financeiro, comercial, histórico, etc.), e também da própria atração proporcionada no espaço urbano.

[...] a palavra ‘centro’ se refere a uma entidade, a uma localização com forte poder de atração de pessoas e com determinadas propriedades geométricas, enquanto ‘centralidade’ remete para outro tipo de propriedades apostas a essa geometria e que reforçam a sua atração. A evolução do conceito foi no sentido da valorização destas últimas a ponto de suplantarem as da geometria (SALGUEIRO, 2013, p. 14 *apud* CANDIDO, 2014, p. 7).

⁵ Definição disponível em: <<http://www.dicio.com.br/centralidade/>>. Acesso em: 21/03/2016

⁶ Definição disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=centro>> (10ª Definição). Acesso em: 07/03/2016

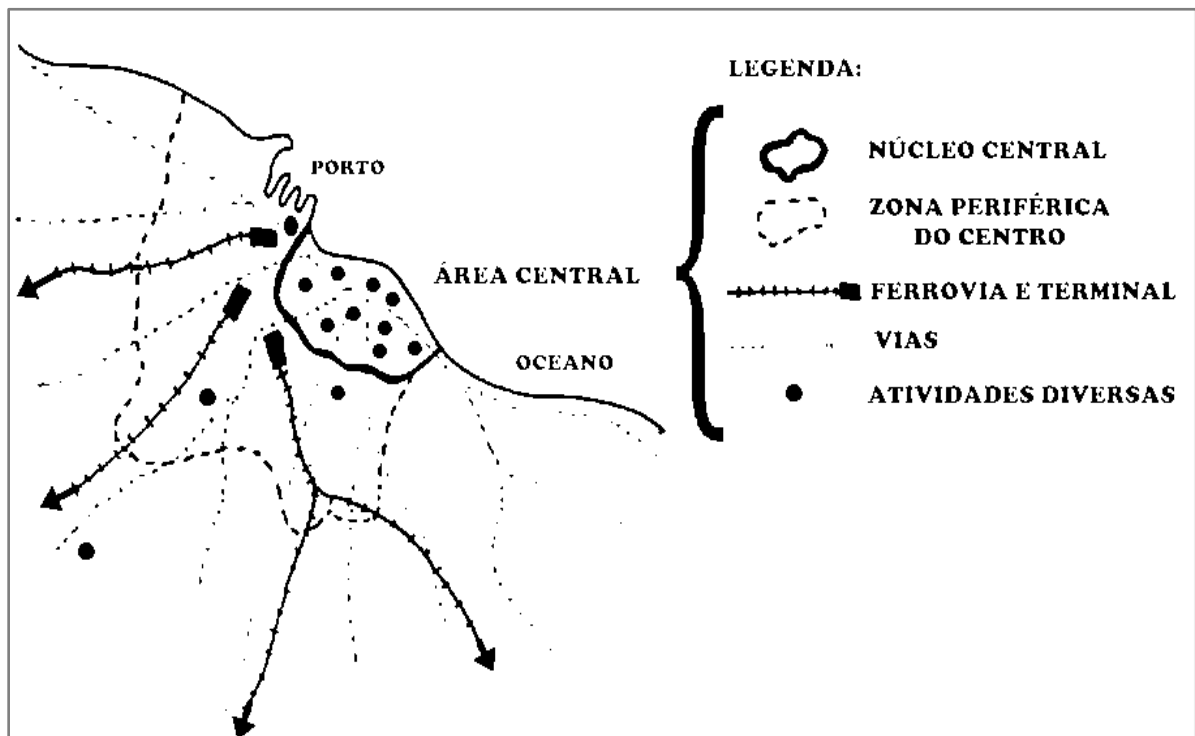
O conceito de centralidade – ponto de vista teórico conceitual – ascende enquanto instrumento de leitura das recentes realidades urbanas. Portanto, para reiterar o objetivo deste artigo, faz-se necessário distinguir o centro de centralidade, pois:

Essa redefinição não pode, no entanto, ser analisada apenas no plano da localização das atividades comerciais e de serviços, como já tem sido destacado por diferentes autores, mas deve ser estudada a partir das relações entre essa localização e os fluxos que ela gera e que a sustentam. Os fluxos permitem a apreensão da centralidade, porque é através dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que ela se revela. Essa circulação é, evidente, redefinida constantemente pelas mudanças ocorridas na localização territorial das atividades que geram a concentração. Desse ponto de vista, não há centro sem que se revele sua centralidade, assim como essa centralidade não se expressa sem que uma concentração se estruture. Se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território, relacionando a compreensão da centralidade, no plano conceitual, prevalentemente à dimensão temporal da realidade. O que é central é redefinido em escalas temporais de médio e longo prazo pela mudança na localização territorial de atividades. A centralidade é redefinida continuamente, inclusive em escalas temporais de curto prazo, pelos fluxos que se desenham através da circulação das pessoas, das mercadorias, das informações, das ideias e dos valores (SPOSITO, 2001, p. 238 *apud* CANDIDO, 2014, p. 07).

Portanto, conforme Sposito (2001) são os fluxos e a união de diversos fatores, como os nódulos de articulação no espaço urbano, que permitem a conformação da centralidade, não bastando apenas a coexistência de um núcleo central (que concentre comércio, serviços ou outras atividades), porque é através da manifestação dos mais variados fluxos que determinada área passa a ter preponderância em relação às outras. Logo, “a centralidade é uma condição e expressão de central que uma área pode exercer ou representar.” (SPOSITO, 2013, p. 73 *apud* CANDIDO, 2014, p. 07).

Os elementos aglutinadores associados diretamente a área central, representam as diversas atividades que nela se manifestam; ao poder de fluidez urbana (acessibilidade); a toda dinâmica urbana ali exercida. Como medida de ilustrar o processo de centralização que fora esquematizado na Figura 1 (demonstrando o surgimento da área central e a importância dos elementos aglutinadores para seu pleno funcionamento), a adaptação do esboço de Corrêa (1989) em uma cidade hipotética (Figura 2), se aplica perfeitamente ao objetivo desta pesquisa.

Figura 2 – Mapa da conformação de centralidade em uma cidade hipotética.



Fonte: Corrêa (1989), adaptado.

Na análise da adaptação do mapa hipotético (Figura 2), é possível observar que o processo de centralização compreende, portanto, a área central, que por sua vez se configura por um núcleo, uma zona periférica, uma rede de fluxos que facilitam a fluidez e o acesso ao centro, além das diversas atividades, que configuram-se como os elementos aglutinadores / atrativos espalhados na conformação da centralidade.

Conforme Corrêa (1989, p. 38) “a Área Central constitui-se no foco principal não apenas da cidade mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes [...]”. Logo, ainda que a área central concentre de forma majoritária diversas atividades, há outros pontos espalhados no interior da cidade, representando as atividades diversas, conforme exposto na Figura 2.

Núcleo Central / Pólo Central (O Centro)

De acordo com Corrêa (1989), existe uma área central (que resulta do processo de centralização), um núcleo central e uma zona periférica do centro. Com base na construção do referencial teórico foi possível associar a área central como resultante da centralidade urbana abordada neste trabalho; e o núcleo central como resultante

da forma da área central. Esse núcleo central caracteriza-se (Quadro 1) por Corrêa (1989), na segunda metade do século XX, conformado pelos seguintes aspectos:

Quadro 1 – Caracterização do núcleo central

Uso intensivo do solo	Trata-se da área da cidade de uso mais intensivo, com maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário. É aí que se encontram os mais elevados preços da terra, justificando-se assim a intensidade do uso do solo;
Ampla escala vertical	A presença de edifícios de escritórios, juntos uns aos outros, viabiliza as ligações interpessoais vinculadas ao negócio;
Limitada escala horizontal	O núcleo central é limitado em termos de extensão, sendo, via de regra, possível de ser percorrido a pé;
Limitado crescimento horizontal:	Sua expansão se faz, sobretudo, por uma mais acentuada verticalização, demolindo-se os prédios mais antigos, que são substituídos por outros mais elevados;
Concentração diurna,	Durante as horas de trabalho, da população, sobretudo de pedestres. Por não constituir área residencial, apresenta-se deserta a noite;
Focos de transporte intraurbanos:	É o ponto de convergência do tráfego urbano e, em muitos casos, o ponto de baldeação para os bairros situados ao longo de diferentes direções;
Área de decisões	No núcleo central localizam-se as sedes ou escritórios regionais das principais empresas que atuam na cidade e em sua região de influência. O Estado tem aí muitas de suas instituições. É assim o ponto focal da gestão do território.

Fonte: Corrêa (1989, p. 41-42), adaptado.

Vale ressaltar por mais que os fatores mencionados (Quadro 1) caracterizem um núcleo central – que está inserido em uma área central – é preciso sinalizar que os elementos estejam postos de forma genérica apenas como medida de ilustração geral, afinal, nem toda configuração de centro, deve obrigatoriamente reproduzir todos os aspectos mencionados de maneira precisa, principalmente pela pluralidade que ele pode assumir. O centro (histórico) de Salvador – e de muitas outras cidades, por exemplo – foge à regra da ampla verticalização, ainda que esse núcleo central esteja inserido na centralidade.

Torna-se mais simples a compreensão do processo de centralização, quando nota-se que a área central (resultante da centralidade) e o núcleo central (centro) são coisas distintas ainda que exerçam relações diretas, como afirma Choay (1972 *apud* Barreto, 2010), por exemplo, a centralidade dependerá mais do poder de atração ou difusão de um elemento resultante da eficácia do pólo central – nesse caso: um centro:

Utilizada muitas vezes com conteúdos semânticos diversos e inapropriados, centralidade é a propriedade conferida a uma cidade para oferecer bens e serviços a uma população exterior, na definição que foi proposta em 1933 por W. Christaller na sua Teoria dos Lugares Centrais. Este conceito generalizou-se e adaptou-se ao espaço intra-urbano, sendo utilizado para caracterizar um lugar de oferta de serviços, polarizando uma clientela específica. Assim, a centralidade depende do poder de atracção ou de difusão de um elemento, centro urbano, ou de um equipamento polarizador, que pode um centro comercial, cultural, financeiro ou administrativo. A centralidade resultará, assim, da eficácia do pólo central e da sua acessibilidade, sendo esta condição fundamental para a sua existência (CHOAY, 1972 *apud* BARRETO, 2010, p. 36).

Logo, o centro tem grande papel e responsabilidade dentro do processo de centralidade, afinal, conforme Choay (1972 *apud* Barreto, 2010) a centralidade resulta também da eficácia desse pólo central. Portanto ainda que, em escala hierárquica, o centro esteja como elemento que compõe o processo de centralização, o funcionamento adequado dele faz toda diferença e condiciona, inclusive, para sua existência.

Zona Periférica da Área Central

Autores como Corrêa (1989) e Alves (2011a) sinalizam que a área central é composta por um núcleo central (centro) e uma zona periférica. Essa zona é conhecida também como zona de transição:

Exercendo função de complementaridade espacial e em alguns casos funcional, no entorno do núcleo central identifica-se uma zona, denominada de transição [...] A terminologia “zona de transição” foi usada inicialmente por Griffin e Preston (1966, p. 5) porque acreditavam que a expansão do núcleo central implicaria na substituição das atividades nela presentes, tornando-o núcleo central. Porém, isso não se concretizou e, posteriormente, esta área recebeu outras designações como zona periférica do centro, ainda que a terminologia “zona de transição” continue a ser utilizada por estudiosos como Cordeiro (1980), no sentido que esta representa grande complexidade e separa o CBD dos demais setores da cidade (ALVES, 2011a, p. 63).

Para Corrêa (1989) o processo de centralização gera a zona periférica do centro: “O processo de centralização ao estabelecer a área central configurou-a de modo segmentado, com dois setores: de um lado o núcleo central [...] e de outro, a zona periférica do centro” (CORRÊA, 1989, p. 40). A caracterização dessa zona periférica (Quadro 2) que “constitui uma área em torno do núcleo central” (CORRÊA, 1989, p. 42) pode ser representada da seguinte maneira:

Quadro 2 – Caracterização da zona periférica do centro

Uso semi-intensivo do solo	As atividades que aí se encontram são, sobretudo, o comércio atacadista, o armazenamento e as indústrias leves; há terrenos abandonados, transformados, em muitos casos, em estacionamentos. Estas atividades são fortemente vinculadas às do núcleo central e em toda cidade, beneficiando-se da acessibilidade que o conjunto da área central desfruta.
Ampla escala horizontal	As atividades aí localizadas ocupam prédios baixos, sendo fortemente consumidoras de espaços.
Limitado crescimento horizontal	Seu crescimento restrito deve-se, primeiramente, ao fato de muitas das novas empresas e atividades, criadas recentemente, já não necessitam mais desta localização[...].
Área residencial	[...] Caracterizada por residências populares e de baixa classe média, muitas delas deterioradas, como cortiços, onde reside parcela da população que trabalha na área [...].
Foco de transportes inter-regionais	A área constitui-se no mais importante foco da circulação inter-regional, aí se localizando os terminais ferroviários e rodoviários, justificando a presença de numerosos depósitos, garagens e hotéis baratos.

Fonte: Corrêa (1989, p. 42-43), adaptado.

Assim como focalizado na caracterização do núcleo central, vale ressaltar que os fatores pontuados no Quadro 2 foram generalizados para compreensão e partem da observação feita pelo autor nas zonas periféricas da segunda metade do século XX. A partir dessa reflexão foi possível recriar o mapa ilustrativo (Figura 2) indicando “a localização destes dois setores em uma cidade hipotética” (CORRÊA, 1989, p. 40): o núcleo central e a zona periférica do centro na conformação da centralidade urbana.

Centralidades em uma Cidade (Áreas Centrais)

Com o decorrer dos anos, a complexidade urbana aumenta, surgem novas problemáticas e novas observações, assim, “enquanto a cidade pré-industrial e a industrial tinham um ‘centro’, a cidade fragmentada da modernidade tardia será melhor caracterizada pela existência de uma rede de centralidades [...]” (SALGUEIRO, 2013, p. 13 *apud* CANDIDO, 2014, p. 7).

Admitir a existência de mais de uma centralidade em uma cidade ou das modificações que esta possa sofrer ao longo do tempo é acreditar em um urbanismo dinâmico, em uma cidade que não é estática, mas sim, que se relaciona com o resto do espaço urbano. Como afirma ALVES (2011a, p. 176) há “lugares que se distinguem em relação aos demais, e mantêm com estes interações por meio de

fluxos, constituindo as centralidades [...] por meio das redes de reprodução, pelos conteúdos sociais etc.”.

Para Lefebvre (1999, p.115)

A centralidade originou-se a partir da ação de amontoar algo, cuja ação é tipicamente social, e vem historicamente sofrendo modificações [...], contudo essa centralidade está passível de manifestação em vários outros pontos do espaço urbano, desde que tenham condições para isto.

Assim, conforme Alves (2011a) e Lefebvre (1999) a permanência de uma centralidade ou do surgimento de novas está condicionada pelo alcance espacial mínimo oferecido pela mesma, ou seja, pela sua acessibilidade, e sua atração. Além disso, elas funcionam como os reflexos das concentrações: dos fluxos, das atividades e dos equipamentos, conforme Barreto (2010).

As áreas centrais constituem-se, pela sua importância na dinâmica da cidade, como espaços atractivos, nelas confluindo os fluxos de pessoas, automóveis, capitais, decisões e, essencialmente, mercadorias. Pela sua intensidade, esses fluxos, subordinados à acessibilidade e às vantagens inerentes à proximidade, são responsáveis pela concentração de uma vasta gama de actividades, propiciando uma maior acumulação de capital por parte dos actores em presença. Nesse sentido, a forma urbana reflecte também os efeitos da concentração de pessoas, de actividades e equipamentos (BARRETO, 2010, p. 35).

Reconhecer a existência de mais de uma área central, não significa consentir que todo território deverá possuir a mesma configuração. Conforme Barreto (2010, p. 35) esses “espaços atractivos” apenas emergem como sinal da complexidade urbana e da amplitude das relações espaciais nele ocasionado. Portanto, é possível a existência de outros espaços na cidade que interajam, constituindo novas centralidades.

As áreas centrais das cidades, enquanto referente simbólico da urbanidade, constituem-se como factor de coesão e de integração das comunidades, dos grupos e dos espaços, estabelecendo uma relação espacialmente hierarquizada com os diferentes “territórios” do urbano – sejam económicos, políticos, culturais ou sociais (BARRETO, 2010, p. 39).

Para Sposito (1998) a análise da redefinição da centralidade urbana no interior das cidades ganha cada vez mais relevância em função de quatro dinâmicas que marcam as transformações em curso:

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia.
2. A rapidez das transformações económicas que se expressam, inclusive,

através das formas flexíveis de produção impõem mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede.

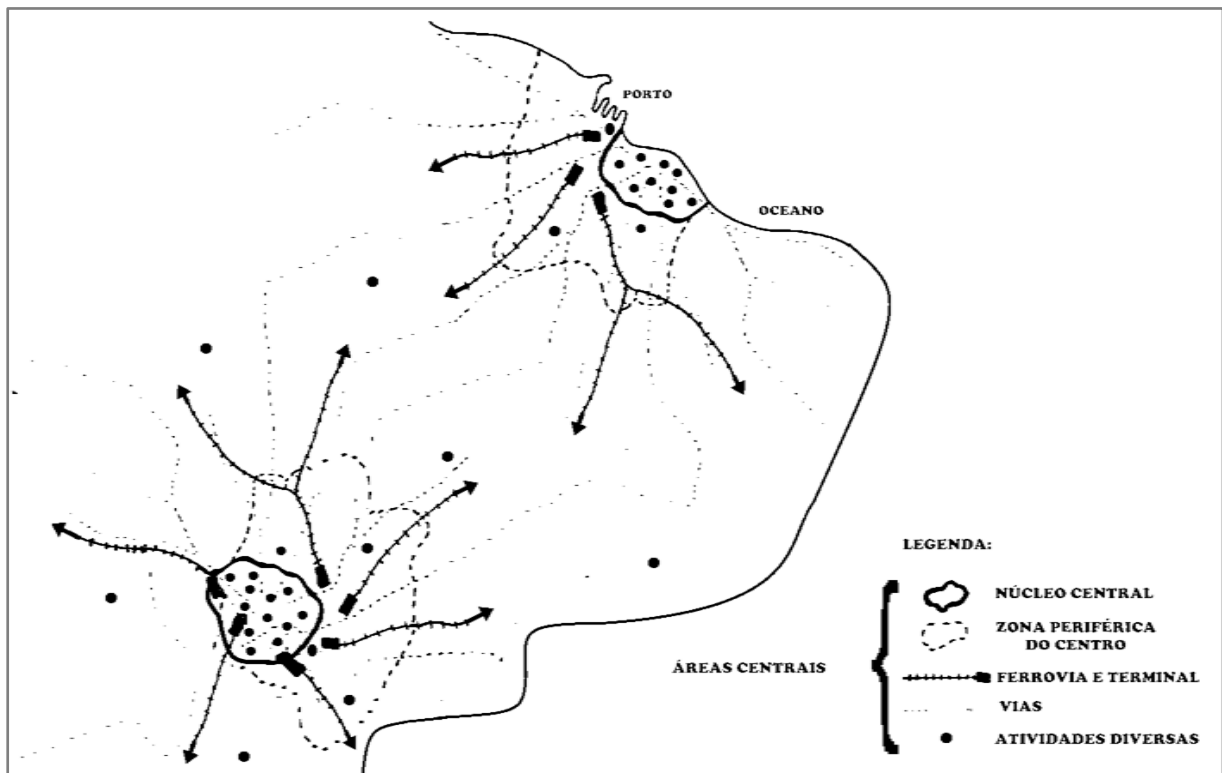
3. A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, ruas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio.

4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços.

A extensão dessas dinâmicas impõe novas formas de centralidade e uma recomposição contínua da estrutura interna das cidades, mas, sob certos aspectos, uma homogeneização das territorialidades intra-urbanas em diferentes cidades (SPOSITO, 1998, p. 28).

Como tentativa de ilustrar a existência de duas áreas centrais em uma cidade, a representação gráfica de Corrêa (1989) foi novamente utilizada, mas dessa vez reelaborada (Figura 3), sobre leitura dos referenciais teóricos discutidos neste trabalho.

Figura 3 – Mapa da conformação das centralidades em uma cidade hipotética.



Fonte: Corrêa (1989), reelaborado.

Na análise da recriação do mapa hipotético (Figura 3), desta vez apontando mais de uma área central urbana, é possível observar que o processo de centralização compreende a conformação de outras centralidades em uma cidade, essas áreas não precisam seguir a mesma formatação, a localização de ambas são diferentes –

neste exemplo, uma na zona portuária e outra mais para o miolo da cidade (como ocorre na capital baiana), os fluxos não precisam ser exatamente iguais, tampouco seus dimensionamentos. Essas centralidades podem ser denominadas de duas formas: multicentralidade ou policentralidade.

Há de ter cautela com o uso de multicentralidade e de policentralidade para definição da conformação das centralidades, isto, pois segundo autores como Sposito (2013 *apud* Candido 2014) e Candido (2014) apesar de ambos representarem a idéia de centralidades, há divergências na formação de ambos.

[...] Tenho usado o termo MULTICENTRALIDADE para me referir à conformação de mais de uma área de concentração comercial e de serviços nas cidades, influenciando a perda relativa do peso e da importância do centro 'principal' em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas até então. [...] Reservo a expressão POLICENTRALIDADE para tratar de dinâmicas mais recentemente observadas [...]. [As estruturas espaciais policentricas] São atinentes ao aparecimento de grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo. [...] especialmente, hipermercados modernos de grandes grupos do setor, shopping centres, centros especializados de grande porte (de negócios, de serviços médico-hospitalares, de feiras, de festas etc.) (SPOSITO, 2013, p. 74-75 *apud* CANDIDO, 2014, p. 08-09).

Conforme Candido (p. 09, 2014) a multicentralidade resulta então da ação de uma diversidade de agentes (comerciantes, prestadores de serviços, pequenos empreendedores e proprietários de imóveis ou terrenos) que contribuíram para a redefinição da centralidade urbana ao longo de décadas, já as grandes superfícies comerciais e de serviços – expressão da policentralidade – são planejadas, construídas e ocupadas em conjunto em poucos anos.

A abordagem de Sposito (2013) também prevê que o tempo de criação de ambos são bastante diferentes, a multicentralidade parece se formar de maneira lenta, mas harmônica, na medida em que as somatórias de elementos propiciariam, uma centralidade, já a policentralidade seria uma ação arquitetada, planejada e posta em execução:

[As grandes superfícies comerciais e de serviços] não resultam da somatória de iniciativas de comerciantes, prestadores de serviços, pequenos empreendedores e proprietários de imóveis ou terrenos que, no decorrer do tempo, fizeram novas escolhas locais e contribuíram para a recomposição da centralidade urbana, de modo paulatino e gradual, pois ocorrida em interregnos de dezena(s) de anos. Ao contrário, são grandes superfícies comerciais e de serviços planejadas, construídas e ocupadas, em conjunto, num intervalo temporal relativamente curto (alguns poucos

anos para construção, bastando a inauguração para começarem a funcionar todas no mesmo dia). [...] Trata-se de processo de produção do espaço urbano que não resulta da história de uma cidade, no decorrer da média ou longa duração, mas que a redefine como resultado de ações deliberadas, planejadas e intencionais, pensadas por um pequeno grupo de interessados nelas. [...] (SPOSITO, 2013, p. 75-76 *apud* CANDIDO, 2014, p. 09).

A breve diferenciação das duas formas de manifestações das centralidades neste trabalho – multicentralidade e policentralidade – serve para orientação da problemática proposta, ainda que de forma indireta. Portanto, ao abordar a conformação das centralidades, faz-se necessário o esclarecimento que a mesma pode dar-se de maneiras distintas.

Para Sposito (1998, p. 27), há diferentes escalas da centralidade urbana, podendo, portanto, em nível hierárquico, haver áreas centrais maiores e menores distribuídas na malha urbana, o que diferenciaria é o destaque que elas assumem; a articulação; e a maneira “que se possam compreender os papéis da cidade central”.

Esse processo hierárquico foi analisado por Santos (2010, p. 23) na cidade de Salvador, e apresenta, além das duas conformações das centralidades principais na cidade de Salvador (Comércio e Iguatemi), outros pontos de áreas centrais espalhados na cidade (Figura 3).

Como medida de compreensão dessas (re)produções de áreas centrais, é possível observar que há reflexos dos agentes sociais, que conforme Alves (2011b) produzem o espaço urbano, associados diretamente com o avanço das diversas atividades de comércio e serviços, denotando que o espaço urbano apresenta-se em constante movimento, podendo (re)criar-se, modificar-se constantemente:

O espaço urbano, entendido enquanto a condição, meio e produto das ações realizadas pela sociedade ao longo do tempo, apresenta-se em constante movimento refletindo as ações dos agentes sociais, as quais, grosso modo, estão vinculadas aos desígnios mercadológicos, visto que as cidades são ambientes privilegiados para a reprodução do capital, por meio do consumo de bens e mercadorias, necessitando para tanto de espaços específicos para a concretização desse processo.

A intrínseca relação das atividades comerciais, resguardadas as particularidades de suas características em cada período da história, e o espaço urbano ocorre desde à antiguidade, quando surgiram as primeiras cidades. A relação dialética entre desenvolvimento da urbanização e das atividades comerciais e o modo capitalista de produção remonta a idade média, sendo que as modificações no processo de reprodução do capital são refletidas no espaço urbano, na medida em que suas atividades, fundamentalmente as atividades de comércio e serviços, passam por (re)alocações e (re)funcionalizações (ALVES, 2011b, p. 28).

Ao analisar a realidade da capital baiana, observará que na conformação das centralidades há um centro, pioneiro, que surgiu em decorrência de toda uma contextualização histórica – associada à área marítima e a economia portuária que tinha soberania nos primórdios da sua fundação e posterior implementação de diversos atrativos - que resistiram através dos avanços temporais; e outro centro, fruto de um planejamento, conforme necessidade observada pelos interesses dos agentes ‘produtores do espaço urbano’ conforme análise de Santos (2010):

Em Salvador, a ação dos produtores do espaço urbano, com destaque para os incorporadores imobiliários, transformou o conteúdo do urbano, alterando a própria cidade, provocando a sua reestruturação. Essa investigação torna-se seminal para a análise sobre a reestruturação urbana e da cidade, porque, dentre outros aspectos, influencia a formação de novos centros urbanos, com ampla diversidade de atividades e estabelecimentos e que apresentam maior capacidade de competição com os centros tradicionais (SANTOS, 2010, p. 20).

Após a caracterização do processo de conformação com base nos referenciais teóricos aqui apresentados, é possível partir para a análise da conformação das duas principais áreas centrais na cidade de Salvador, objetivo proposto neste trabalho e evidenciado no trabalho de Santos (2010) presente na Figura 3.

3 CENTRALIDADE NO CENTRO HISTÓRICO, A ÁREA DO COMÉRCIO

Salvador, capital do Estado da Bahia e mais antiga cidade brasileira, fundada em 29 de março de 1549, com ordens do rei de Portugal de fundar uma cidade-fortaleza, nasceu já como cidade, já como capital, sem nunca ter sido vila.

O rei de Portugal [...] ordenou a fundação de uma cidade no meio de um litoral bem extenso, a fim de servir como sede do governo: ao mesmo tempo capital administrativa e praça forte. É essa função que justifica o sítio escolhido: o cume de uma colina, caindo bem forte declive até a extremidade das margens de uma baía abrigada sobre um dos lados da península que separa a Baía de Todos os Santos e o oceano Atlântico (SANTOS, p. 39, 2008).

Conforme Santos⁷ (p. 69, 2008) “A função portuária da Cidade do Salvador existiu desde o início da vida urbana e foi desde logo uma condição necessária à realização das outras funções.” Ainda na análise realizada pelo autor, essas “outras funções” são caracterizadas como: Administrativa, Comercial, Bancária, Industrial e Artesanal.

A história dos portos brasileiros começa no início da Colônia, no local onde os portugueses em 1549 fundaria a Capital dos seus domínios na América. Salvador nasce então como consequência das excelentes condições portuárias da Baía de Todos os Santos, se tornando durante dois séculos, o principal destino das embarcações que cruzavam o Atlântico na rota comercial entre o Novo e o Velho Mundo (CODEBA, 2016, s/p).

Tendo sua economia estabelecida diretamente nas adjacências do porto, a cidade se expande da proximidade do mar para a hinterlândia. Com o avanço temporal e a concentração das atividades naquela redondeza, se estabelece a área central:

A modernização e internacionalização da economia de Salvador ficaram marcadas pela construção do primeiro centro financeiro. O bairro Comércio surgiu sobre um aterro de parte das águas da Baía de todos os Santos, em 1920, para concentrar bancos, financeiras, casas de câmbios e agências de exportação. O modelo de concentração de atividades financeiras é o mesmo de Londres e região de Wall Street, em Nova York (AGECOM, 2014, s/p).

Um conjunto de trapiches e pequenos ancoradouros em pontos diversos formavam a estrutura portuária da capital baiana, até que em 13 de maio de 1913, o então governador José Joaquim Seabra inaugurou o porto organizado, a partir do aterramento de uma extensa faixa do bairro do Comércio. O Porto de Salvador, reconhecido na época como uma das grandes obras de infraestrutura do país (CODEBA, 2016, s/p).

O Comércio situa-se na zona limítrofe ao Porto de Salvador, junto à Baía de Todos os Santos (BTS), na Cidade Baixa. Faz limite com a BTS, a oeste; com a Praça da Sé, Pelourinho e o Pilar, a leste; com a Barroquinha ao sul e com Água de Meninos,

⁷ Obra de Milton Santos publicada originalmente em 1958 denominada: O centro da Cidade de Salvador.

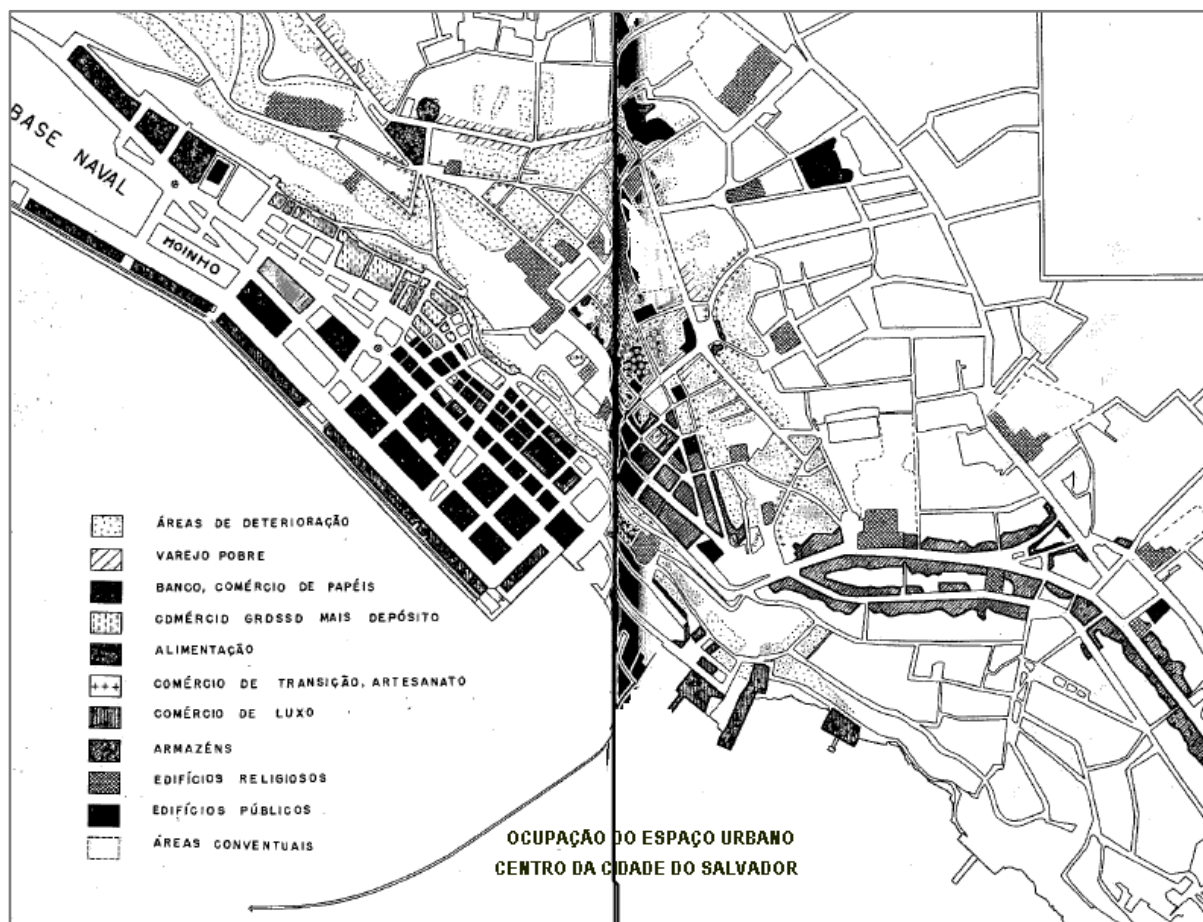
Contudo, ao falar-seda Centralidade no Centro Histórico neste referido artigo, não referencia-se a poligonal em verde pretendida pelo Governo do Estado da Bahia, mas sim pretende-se deixar claro que o Centro Antigo equivale ao Centro Histórico.

Souza (2005) acredita que é muito comum um centro histórico corresponder a uma centralidade urbana, pois, em decorrência da fundação da cidade e das atividades e funções ali concentradas, esse centro histórico possivelmente será dotado de maior centralidade que as outras áreas da cidade, como ocorre em Salvador, por exemplo.

A grande maioria das cidades possui, claramente, o seu “centro”, correspondendo, o mais das vezes, ao centro histórico (local onde a urbe foi fundada. E que abriga prédios de um certo ou mesmo grande valor histórico-arquitetônico). Esse “centro”, no caso das cidades maiores, tendeu, muitas vezes, a se expandir e evoluir até atingir dimensões de uma moderna área central de negócios, mais conhecida, entre os estudiosos pela sigla CDB (Central Business District) (SOUZA, 2005, p. 64).

Apesar de não haver informações detalhadas por parte do autor, Santos (2008) traz em sua obra um mapa (Figura 5) demonstrando uma concentração urbana que com o decorrer do tempo, intensificou-se na área do Comércio, e estendeu-se de forma preponderante, conformando toda a centralidade no centro histórico:

Figura 5 – Mapa de Ocupação do Espaço Urbano do Centro Histórico



Elaboração: Santos (2008, p. 70-71), adaptado.

Observa-se ainda na Figura 5, que há uma forte presença do comércio e edifícios públicos voltados para a área portuária; observação esta que remete aos fatores propostos por Corrêa (1989) como caracterização de uma centralidade. Logo, faz-se necessário analisar de forma empírica algumas dessas manifestações espaciais ocorridas na conformação da área do Comércio. Evidencia-se, portanto, a necessidade de abordar a presença da verticalização, das linhas de transporte (responsável pela fluidez), das áreas administrativas, do valor unitário padrão – VUP (denotando uso do solo), e por fim, da atividade comercial.

No que tange a verticalização, o maior prédio de Salvador, e o mais próximo do Centro Histórico é a “Mansão Margarida Costa Pinto”, localizado no Corredor da Vitória (Av. Sete de Setembro), com 158 metros, inaugurado em 2008, considerado a 18ª torre mais alta brasileira.⁸

⁸ Com base no estudo elaborado pelo website internacional Emporis, disponível em: <<http://www.emporis.com/statistics/tallest-buildings/country/100024/brazil>>. Acesso em: 01/04/2016

Existe um gabarito na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lous), articulado ao Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que limita a construção de edificações que se sobressaíam e descaracterizem a arquitetura da zona costeira, sendo inaceitável – com sobressalto do poder do capital imobiliário, como no caso da Mansão Margarida Costa Pinto – portanto, que novos empreendimentos no Centro Histórico, ou cerca (principalmente próximo à costa), ultrapassem o potencial construtivo.

Mas, nem sempre foi assim, pois conforme Santos (2008), o Centro Histórico animava-se em 1940 com o grande crescimento da cidade – marcado pela passagem de veículos e ampliação da circulação de pedestres – que influenciou diretamente o desenvolvimento do centro, pela dinâmica que ali se exercia. Essa animação deu lugar a novas obras, a intervenções urbanas, a ampliação do gabarito. Por exemplo, “Algumas vias foram alargadas, prédios, inclusive de importante valor histórico, foram demolidos e outros novos, com maior gabarito foram construídos.” (SANTOS, 2008, p. 49).

É importante ter-se em conta que apesar de não haver, antes do século XX, uma normatização aprofundada no que tange a verticalização, ela ocorreu, ainda que de maneira pouco acentuada – o que foi positivo para a preservação da formação paisagística da cidade, para a circulação do ar e luminosidade.

A primeira legislação que faz referência a isso é a Lei nº 1146, de 19 de junho de 1926, a qual estabelecia um maior adensamento da Zona Central [...]. Nesse momento ainda não era preocupante estabelecer limites de gabarito nos bairros residenciais, visto que as moradias pluridomiciliares ainda não eram um costume da época (MOTA, 2008, p. 57-58).

Posteriormente, através do Código de Urbanismo da Cidade do Salvador (Decreto Lei 701/1948), elaborado pelo Escritório do Plano Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS) é que se inicia uma maior “rigoriedade” com o gabarito construtivo que fora aprimorado ao longo dos anos.

Na Figura 6 pode-se observar o gabarito construtivo da área do Comércio, visto da Baía de todos os Santos. No centro da imagem encontra-se o Elevador Lacerda, que conecta a Cidade Baixa com a Cidade Alta da capital baiana.

Figura 6 – Verticalização na área do Comércio



Foto: Manoel da Cruz Ribeiro Júnior (2016).

Na caracterização da centralidade no Centro Histórico ao longo dos séculos XVI - XX, Santos (2008) aborda o processo da circulação urbana, evidenciando uma preocupação com a fluidez urbana, afinal, essa função nada mais é do que uma das configurações que propulsionam um processo de centralidade denotado neste trabalho.

[...] quando todos os caminhos levavam ao centro da cidade, isso favoreceu o desenvolvimento de um centro comercial, que cresceu ao mesmo tempo em que a cidade. Essa função comercial provocou um aumento na circulação na direção da periferia e espalhou-se ao longo das artérias principais do trânsito, o que, ao mesmo tempo, conferiu-lhe uma certa inércia (SANTOS, 2008, p. 49).

Ainda hoje, observa-se uma grande circulação de veículos nesta área. De acordo com as informações obtidas junto a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) e da sua Superintendência Trânsito de Salvador (Transalvador). No ano de 2015 circulavam cerca de 216 linhas de ônibus na área do Centro (Tabela 1), esse fluxo é considerado um dos mais altos da cidade, superando, inclusive, o da área do Iguatemi, ficando atrás apenas para a área do Centro Administrativo da Bahia (CAB), com aproximadas 250 linhas.

Tabela 1. Maiores concentrações de Transporte Público Urbano nas áreas de Salvador - 2015

BAIRROS*	NÚMERO DE LINHAS (APROX.)
CAB	250
CENTRO	216
NAZARÉ	210
PARALELA	205
STIEP	192
AEROPORTO	190
AQUIDABÃ	180
AV ACM	156
IGUATEMI	156

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos com a Superintendência de Trânsito de Salvador - Transalvador.

* Bairros é a nomenclatura que a Superintendência adota para denominar as áreas.

Para efeito de contabilização, optou-se por admitir apenas o “bairro centro” para a área do Comércio e “bairro Iguatemi” para a área do Iguatemi, visto que muitas linhas que se destinam para outras áreas das cidades podem passar, através do seu itinerário, nos outros bairros elencados, portanto, não se agregou outras áreas na contabilização, por mais próximas ou dentro do perímetro aqui abordado, levando em consideração a divisão posta pela Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador).

Na caracterização do valor do uso do solo, observou-se que se dá de maneira mais intensa na área do Iguatemi, portanto, na seção seguinte é possível verificar de forma aprofundada, na Tabela 3, a sistematização dos dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

No que cabe às áreas administrativas, primeiramente deve-se referenciar a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), pelo gerenciamento do Portode Salvador. Ainda que os meios de transporte tenham avançado, é preciso notar que parte das exportações/importações da capital segue circulando através do transporte marítimo. Além disso, surgem novas formas econômicas associadas não

exclusivamente à circulação de mercadorias, mas sim ao recebimento de turistas, que vem por cruzeiros.

Hoje, o Porto de Salvador desempenha um papel decisivo para a economia baiana, se destacando na movimentação de contêineres, cargas gerais, trigo, celulose e frutas, beneficiado, entre outros fatores, por sua posição estratégica em relação ao Continente Europeu e o Mercosul. Sua área de influência inclui, além da Bahia, o norte de Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. É também um dos principais destinos das rotas de cruzeiros marítimos do litoral brasileiro. Em 2015, o porto movimentou um total de 4,3 milhões de tonelada, sendo que o seu Terminal de Contêineres atingiu o recorde de operação com 290,2 mil TEUs (CODEBA, 2016, s/p).

Além disso, afora a associação direta com o porto, observa-se que, por concentrar o centro histórico, muitos turistas veem para Salvador, por outros meios de transportes, e buscam conhecer primordialmente essa área da cidade.

Ainda no setor administrativo, nota-se muitas Secretarias Municipais que encontram-se na conformidade do Comércio. Como a própria sede da Prefeitura, na Praça da Sé, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) no Comércio; da Fazenda (SEFAZ); e da Cultura (SECULT) no Centro Antigo. Há também no Comércio o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), do Governo do Estado da Bahia; e o serviço de alfândega da Receita Federal.

Nota-se ainda uma grande variedade de serviços consulares, como o Consulado da Finlândia, Grécia, Noruega, Dinamarca (no Comércio), Uruguai (no Pelourinho), Itália, França e Alemanha (próximo a linha traçada, na Avenida Sete de Setembro).⁹

No que tange a concentração de serviços bancários e atividades comerciais, ambos serão abordados na seguinte seção, mas, adianta-se que a concentração de bancos na poligonal do Centro Histórico não é tão diferente da poligonal do Iguatemi, a primeira com 40 agências e a segunda com 47 respectivamente, conforme informação de Nascimento (2011). Em relação às atividades comerciais, após a década de 1970, houve uma forte concentração voltada para área do Iguatemi, entretanto, o comércio mais artesanal, mais popular, seguirá na conformidade do Centro Histórico, como o caso do Mercado Modelo (Figura 7) – na área do Comércio, e do vasto comércio de rua e pequenas lojas.

⁹ Informação consultada em: <<http://www.embaixadas.net/cidade-c.php?c=Salvador>>. Acesso em: 01/05/2015.

Em muitas circunstâncias, os subcentros não só florescem mas, gradualmente, vão “roubando a cena” do próprio CBD. É um fenômeno comum nos núcleos metropolitanos brasileiros uma perda de prestígio, ou mesmo uma visível decadência do CBD; o comércio mais chique e os serviços mais refinados, que antes lá se encontravam concentrados, tendem a deixá-lo em troca de outros locais, buscando uma maior proximidade com os consumidores de alto poder aquisitivo (SOUZA, 2005, p. 65).

Na Figura 7 é possível observar a Baía de Todos os Santos, o Mercado Modelo e os prédios aglomerados, concentrando os setores administrativos, bancos, consulados, serviço de cambio, etc., que se concentram na área do Comércio.

Figura 7 – Concentração Urbana no entorno do Mercado Modelo



Foto: Manoel da Cruz Ribeiro Júnior (2016).

Como o próprio nome sugere, o Comércio, primeiro bairro de negócios organizado do país, abriga um dos principais centros financeiros da capital baiana. Lugar de passagem e ligação entre a cidade alta e os bairros da Península Itapagipana e Suburbana [...]. Também porta de entrada para quem chega à capital baiana pelo mar da Baía de Todos os Santos, o bairro do Comércio guarda na sua estrutura as fachadas de casarões antigos [...] e [...] espaços que [...] movimentam a economia baiana (ASSIS, 2013, s/p).

A próxima seção, ao reflexionar a conformação da área central do Iguatemi, denotará a aglutinação do setor terciário e distinguirá o perfil comercial construído. Como esclarecido por Souza (2005) é normal que os serviços mais refinados, destinado ao público com maior poder aquisitivo torne a concentrar mais em um novo local. O surgimento da área do Iguatemi foi uma ótima oportunidade para que isso ocorresse. Mas ainda assim, fica claro o papel de centralidade que a área do Comércio ainda exerce na capital baiana, compartilhando, portanto, esse papel com a área do Iguatemi.

4 CENTRALIDADE DA ÁREA DO IGUATEMI

Iniciada na década de 1950, a expansão da malha viária de Salvador caracterizou-se pela implantação de um moderno sistema de vias arteriais, que redefiniram a organização espacial da circulação na cidade. Conforme Oliveira (2002), entre as décadas de 1960 e 1970, foram construídos amplos sistemas de avenidas, particularmente as de fundo de vale. Das diversas avenidas construídas neste período, está a Avenida Antônio Carlos Magalhães (1968); a Avenida Professor Magalhães Neto (1970); Juracy Magalhães Júnior (1971) e a Luiz Viana Filho – a Paralela (1971).

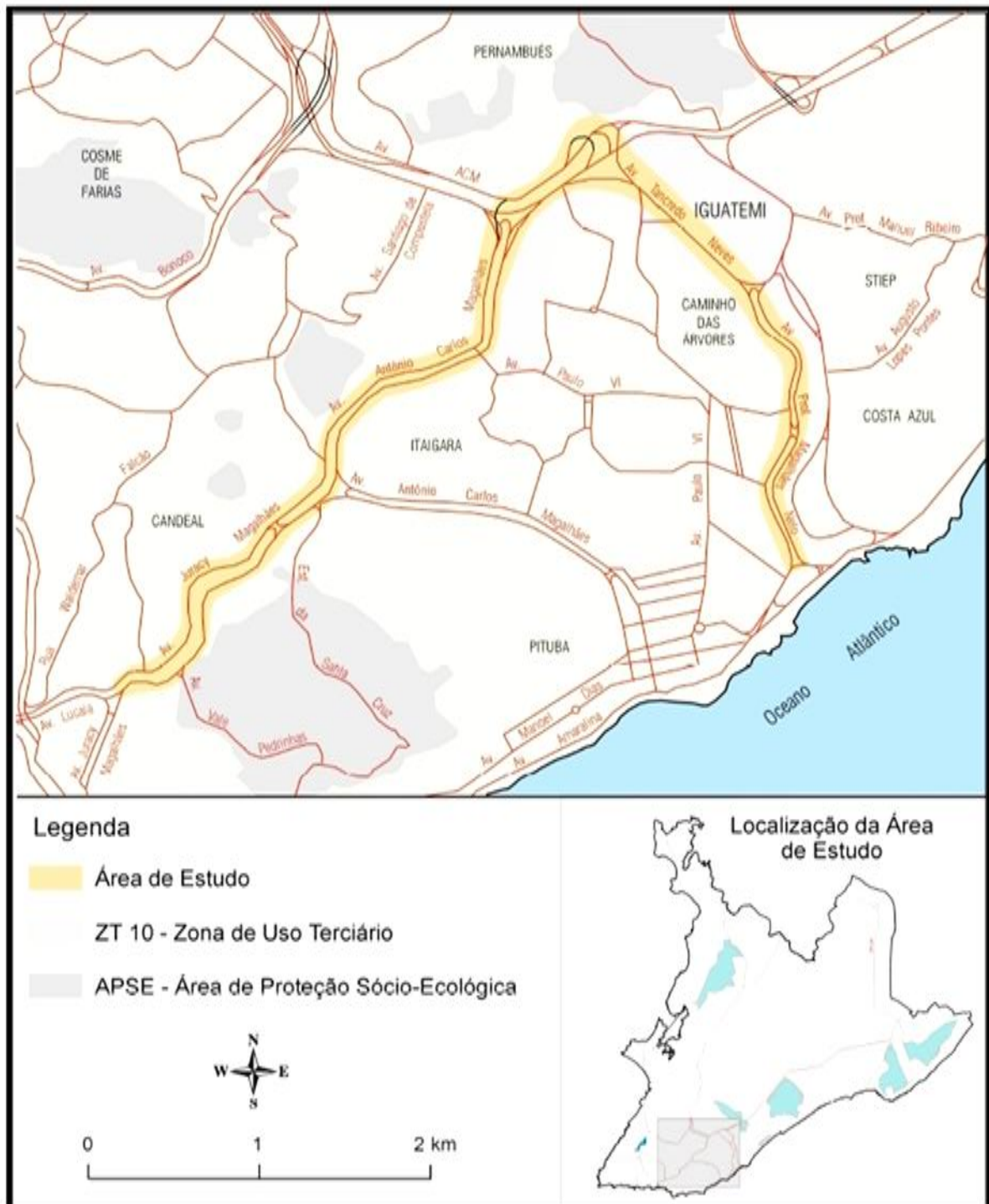
Além das avenidas de vale, outras intervenções do governo federal também foram feitas, com a abertura de quatro opções de tráfego para a cidade: a Avenida Suburbana, a Avenida Otávio Mangabeira; a Avenida Paralela e sua ligação com a orla marítima; a duplicação da rodovia BR-324; a construção da rodovia CIA – Aeroporto. Ainda de acordo com Oliveira (2002), essas ações públicas redirecionaram o crescimento de Salvador e a circulação de mercadorias em direção ao vetor norte e para a área do miolo, antes voltado para a Baía de Todos os Santos e para o Recôncavo.

Paralelamente à expansão da malha viária foram implantados, pelo governo estadual, na área do Vale do Camurugipe, a Estação Rodoviária e o CAB (Centro Administrativo da Bahia), em 1971 na Avenida Paralela. Tais empreendimentos desempenharam papéis fundamentais no desenvolvimento dessa área, pois redirecionaram e redimensionaram os fluxos da cidade (SANTOS, 2001, p. 54).

A área do Iguatemi configura-se, como sendo o principal pólo de nucleação, compreendido pelos trechos margeantes que vai da Avenida Professor Magalhães Neto até a Avenida Juracy Magalhães. Essa área é denominada popularmente de “Iguatemi”, pois, este é o nome dado ao principal empreendimento do local, inaugurado em dezembro de 1975, o Shopping Center Iguatemi – atual Shopping da Bahia.

Logo, como delimitação da área central em estudo, adotou-se o mapeamento (Figura 8) elaborado por Blinder (2002 *apud* OLIVEIRA, 2002). Sinalizando em amarelo, as vias próximas ao Shopping Center Iguatemi: Av. Professor Magalhães Neto, Av. Tancredo Neves, Av. Antônio Carlos Magalhães e a Juracy Magalhães – englobando o bairro da Pituba.

Figura 8 – Mapa de Centralidade na área do Iguatemi



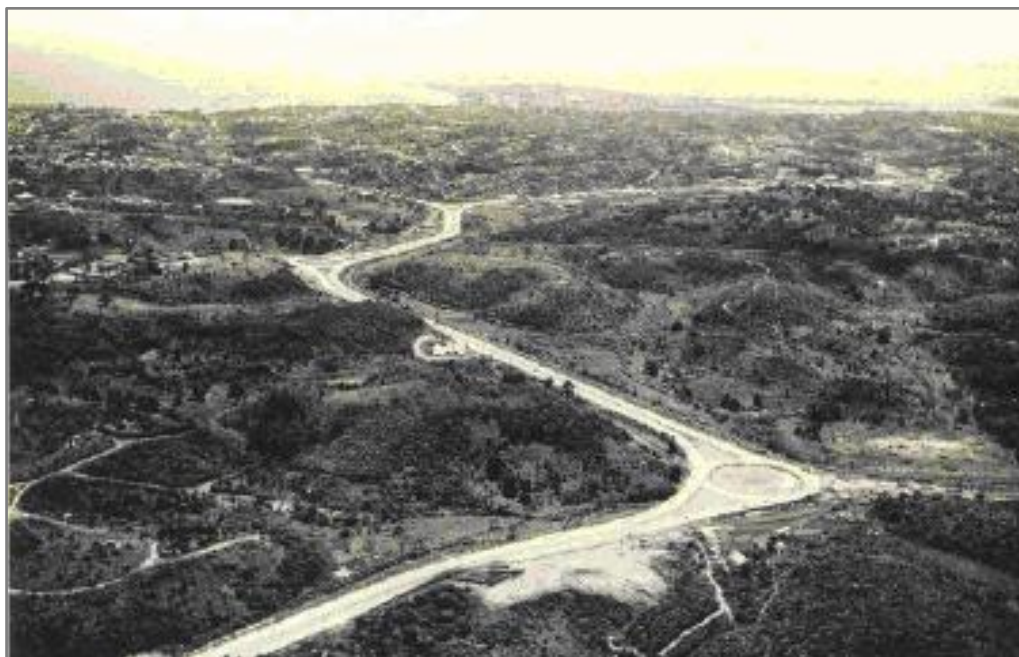
Elaboração: Blinder, Daniella (2002) confeccionado para a dissertação de Oliveira, Margarete (2002).

Mas, antes de ser conhecida como área do Iguatemi, a delimitação de estudo recebe outra nomeação em publicações mais antigas, conforme Oliveira (2002, p. 21), em

diversos documentos como projetos de estudos, leis e recortes de jornais antigos, encontra-se o nome “Vale do Camurugipe” com grafias variadas¹⁰.

A área do Iguatemi constituía-se no verdadeiro vazio urbano (Figura 9), entretanto, nasceu planejada. Nasceu em decorrência de financiamentos, de ações do poder público, e de associações de interesses do capital imobiliário.

Figura 9 – Av. Antônio Carlos Magalhães em 1970



Fonte: Fundação Gregório de Matos *apud* Oliveira (2002), adaptado.

Conforme Oliveira (2002) a Organização Odebrecht, o Banco do Desenvolvimento do Estado da Bahia (DESENBANCO) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), foram as principais instituições responsáveis pelo financiamento do Projeto Pituba (o qual previa uma nova área centralizadora) e “por boa parte das obras de infra-estrutura viária da cidade” (p. 68), que se articulavam com o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), que também priorizava a nova centralidade.

No estudo do Projeto (SALVADOR, 1976, p. 12-16) buscava “oferecer por antecipado, uma área para o desenvolvimento e a localização de atividades econômicas de significativa importância”, visto que a localidade da Pituba “ostentava

¹⁰ A exemplo de Camurujipe, Camorogipe, Camaragipe. Há ainda a defesa da grafia Cambaragipe (Cid Teixeira *apud* Oliveira 2002, p. 21); ou Camarajipe, tendo seu nome associado à existência do principal rio de Salvador, o qual tinha em suas margens uma planta chamada Camará, arbusto de folhas aromáticas e frutos vermelhos, abundantes nas imediações desse rio. (GANTOIS, 2011, s/p).

fortes atrativos para as camadas da renda que atende ao mercado formal de habitações, particularmente aquelas que optam pela casa isolada e de alto nível”, além de “contar com toda a infra-estrutura urbana no melhor padrão de Salvador” como, por exemplo: “água, esgoto sanitário, luz, rede de drenagem e viária”. Na análise de Oliveira (2002), esses dados demonstram que havia claramente um planejamento voltado para impulsionar uma nova área urbana:

Esses dados revelam a idéia de intencionalidade e associação de interesses, pois essa área [...] constituía-se num verdadeiro vazio urbano, que, no entanto, já contava com uma infra-estrutura instalada bem melhor que muitas áreas já ocupadas na cidade. Mas, além das infra-estruturas, “no melhor padrão”, também já estava circundada por vias do sistema viário principal da cidade, articulada por meios dessas com a zona central ao: CAB, CIA, COPEC e aeroporto, com diversas autorizações para loteamentos, além de dispor [...] de subcentro definido e caracterizado: O Iguatemi (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

Conforme visto na seção sobre a Centralidade Urbana e a formação da Área Central, o esquema que caracteriza o processo de centralização (Figura 1) pode agora ser posto em prática. Nas áreas de estudos em questão, houve um processo de centralização, que resultou na área central, que está composta por elementos aglutinadores, centro e área periférica. O *Shopping Iguatemi* – por exemplo, nada mais é do que um dos elementos aglutinadores deste esquema. A instalação desse espaço comercial foi planejada, assim como a rodoviária e demais elementos:

Encarregado de avaliar a melhor localização para um empreendimento comercial a ser instalado em Salvador no início da década de 70, o arquiteto Lúcio Costa, tomando a construção do CAB como indício de definição de zona de expansão da cidade, recomenda o Vale do Camurugipe como local adequado para acolher tal empreendimento. O Shopping Iguatemi é assim construído nas proximidades do Caminho das Árvores.

Seguindo a tendência de ocupação do Vale do Camurugipe o Estado decide fazer uma nova estação rodoviária num de seus terrenos situado em frente ao local onde seria instalado o Shopping Iguatemi. Assim, está armado o esquema que dará nascimento ao novo núcleo urbano, ao Novo Centro. A Norberto Odebrecht vende a preço reduzido o terreno necessário à construção do shopping e o Estado cede ao consórcio SINART, composto das empresas Odebrecht e Correia Ribeiro, o direito de administração da rodoviária, inclusive as lojas, por um período de vinte anos. É implantado também, ao lado da rodoviária, o Departamento de Trânsito (SANTOS, 2001, p. 79-80).

Ainda conforme SANTOS (2001, p. 80), “o acesso fácil, a presença de grandes terrenos ainda baratos, quando comparados aos preços praticados no Centro Tradicional, a previsão de um aumento rápido da população radicada nas imediações e de pessoas em trânsito”, foram elementos que convenceram algumas empresas a apostar na nova localização, consequentemente, dando um grande

impulso às suas atividades. A nova área geográfica estava atraindo tantas pessoas, que fora necessário expandir-se para a zona do Itaigara:

Corroborando com a tendência já percebida para esta região da cidade, é lançado, em agosto de 1976, o loteamento Itaigara: mais um loteamento para classes privilegiadas onde estava prevista a construção de um shopping center para atendimento da população local. Comprovada a grande procura pela área, é iniciada a construção do Shopping Itaigara que é inaugurado em 1980. Simultaneamente à ocupação do Vale do Camurugipe o primeiro pólo habitacional à margem da Avenida Luiz Viana Filho começa a ser construído, em 1977. Dando continuidade à ocupação dos terrenos marginais à esta avenida, é construído o conjunto Guilherme Marback e nos quatro anos seguintes mais outros conjuntos habitacionais, que ao final de 1983 abrigavam uma população que ultrapassava os 15.000 habitantes (SANTOS, 2001, p. 80).

Diante da caracterização de todo cenário urbano, “assim estava lançado o germen do Novo Centro de Salvador”. (SANTOS, 2001, p. 80).

A mesma análise empírica realizada na conformação da área do Comércio (seção anterior) faz-se necessário agora, na área do Iguatemi. Evidencia-se, igualmente, a necessidade de abordar a presença da verticalização, das linhas de transporte (responsável pela fluidez), das áreas administrativas, do Valor Unitário Padrão (VUP) (denotando uso do solo), e por fim, da atividade comercial.

Com o passar do tempo a cidade cresceu e o shopping acompanhou. Hoje o Iguatemi materializa-se como um grande centro, encontra-se circundado por hipermercados, centros empresariais, agências bancárias e grandes empreendimentos residenciais de classe média e alta [...], é servido por vias de tráfegos intensos [...] e terminais de ônibus, o que garantem a sua fluidez (OLIVEIRA, 2002, p. 110).

No que diz respeito à verticalização, observa uma elevação no gabarito. O potencial construtivo verticalizado é mais presente. O prédio mais alto, identificado diretamente na área delimitada chama-se “Mundo Plaza Empresarial” inaugurado em 2010 com 136 metros de altura, considerado a 3ª maior torre de Salvador.¹¹

Com o potencial construtivo mais elevado, é possível que surjam novos empreendimentos maiores, ao longo dos anos, contendo uma arquitetura moderna, com prédios espelhados, com formas geométricas singulares, possuindo uma caracterização arquitetônica distinta da área do Comércio, que possui um padrão construtivo histórico, tombado. Na figura 10 é possível perceber a verticalização presente na área do Iguatemi.

¹¹ Com base nas informações disponíveis em: <<http://www.emporis.com/buildings/186975/terrazzo-imperiale-salvador-brazil>>. Acesso: 04/04/2016

Figura 10 – Verticalização na área do Iguatemi



Foto: Manoel da Cruz Ribeiro Júnior (2016).

Em relação ao que tange a circulação do transporte, buscou-se na Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB) a sistematização da relação ônibus/hora na capital (Tabela 2), ou seja, da relação de concentração e do fluxo do transporte público, para determinar se há diferenças significativas entre as duas áreas centrais.

Na análise da Tabela 2 é possível notar que, assim como foi pequena a diferença da concentração do número de linhas urbanas, mas que dava vantagem a área do Comércio; a diferença da oferta do transporte público, dada pela relação ônibus/hora, é ainda menor em ambas as áreas de estudo, porém tende-se a apresentar uma maior densidade para área do Iguatemi.

Tabela 2. Principais Corredores de Transporte Coletivo nas áreas de Salvador 2015

CORREDOR	EXTENSÃO (Km)	O/H (*)
AV. BARROS REIS / AV. HEITOR DIAS	3,44	315
AV. DA FRANÇA / MARES	3,23	261
AV. TANCREDO NEVES	3,86	260
RUA CARLOS GOMES	1,11	226
AV. LUIS VIANA FILHO (Paralela)	13,37	216
AV. MÁRIO LEAL FERREIRA (Bonocô)	4,51	213
AV. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	6,80	193
AV. JURACY MAGALHÃES JR. / R. LUCAIA	4,99	186
AV. VASCO DA GAMA	3,60	142
AV. JOANA ANGÉLICA	1,38	142
AV. AFRÂNIO PEIXOTO (Suburbana)	14,50	136
AV. CENTENÁRIO	2,82	121
R. SILVEIRA MARTINS	4,50	120
AV. SETE DE SETEMBRO	2,10	119
EST. CAMPINAS / S. CAETANO	5,67	116
BR - 324	21,39	111
AV. ALIOMAR BALEEIRO (Est. Velha - Aeroporto)	19,04	107
AV. S. MARCOS/ AV. S. RAFAEL	4,59	100
R. LIMA E SILVA	2,60	73
AV. D. JOÃO VI	2,78	61
AV. OCTÁVIO MANGABEIRA (Trecho Itapuã)	13,18	57
AV. CARDEAL DA SILVA	2,17	53

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados obtidos com a Secretária de Mobilidade Urbana de Salvador - SEMOB.

*Relação Ônibus/ Hora

Para efeito de contabilização, optou-se por admitir apenas a “Rua Carlos Gomes” para a área do Comércio e a “Avenida Tancredo Neves” para a área do Iguatemi, visto que os dados fornecidos pela Secretaria de Mobilidade Urbana de Salvador (SEMOB) concentram-se apenas nos “principais corredores”, portanto, optou-se por tomar um corredor principal de cada área e compará-los.

Para caracterização do valor do uso do solo, foi necessário o levantamento do Valor Unitário Padrão (VUP), que conforme exposto na Tabela 3 denotou uma maior valorização para os logradouros presente na área do Iguatemi.

Tabela 3. VUP – VALOR UNITÁRIO PADRÃO NAS PRINCIPAIS VIAS DO CENTRO TRADICIONAL E DO IGUATEMI (EM REAIS)

CENTRALIDADE		LOGRADOUROS	VALOR DA VUP R\$/m ²
Iguatemi	4877	Avenida Professor Magalhães Neto	1.758,50
Iguatemi	2631	Avenida Antônio Carlos Magalhães	1.648,60
Iguatemi	3108	Avenida Tancredo Neves	1.758,50
Iguatemi	2843	Avenida Juracy Magalhães Júnior	1.379,26
Iguatemi	947	Rua Lucaia	1.326,41
Iguatemi	4923	Avenida Luís Viana	1.151,71
Centro Histórico	1434	Avenida Sete de Setembro	2.209,80
Centro Histórico	376	Rua Carlos Gomes	922,77
Centro Histórico	645	Avenida da França	784,80
Centro Histórico	1051	Rua Miguel Calmon	784,80
Centro Histórico	212	Avenida Lafayette Coutinho	784,80
Centro Histórico	575	Avenida Estados Unidos	734,17
Centro Histórico	419	Rua Chile	668,42
Centro Histórico	793	Praça da Inglaterra	556,95

Elaboração: Manoel da Cruz Ribeiro Júnior (2016).

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), Lei Nº 8473/2013.

Na área do Comércio, o maior VUP localizado foi no logradouro da Avenida Sete de Setembro, e em todas as outras vias, o m² não alcançou R\$ 1.000. Levando em consideração as linhas amarelas delimitadas nas áreas de estudo, temos um total de R\$ 1.569,60 para os logradouros delimitados na área do Comércio (levando em

consideração: Avenida da França e Lafayette Coutinho) e para os logradouros delimitados na área do Iguatemi (considerando: Av. Professor Magalhães Neto, Av. Tancredo Neves, Av. Antônio Carlos Magalhães e Juracy Magalhães Jr.) R\$ 6.544,86.

No que tange a concentração do setor terciário, houve uma aglutinação a partir da década de 1970 na área do Iguatemi, incluindo a concentração das agências bancárias em Salvador (Tabela 4).

Tabela 4. Distribuição das agências por localidades de Salvador – 2007

Localidades	Número de agências	Total de agências
Tororó, Santo Antônio, Fazenda Grande III, Aeroporto, Nova Sussuarana, Pituaçu, Narandiba, Pernambucoés, Costa Azul, Pau Miúdo, Fazenda Grande do Retiro, São Caetano (1 agência);		
Barris, Periperi, Fazenda Grande II, Centro Administrativo da Bahia, Boca do Rio, Cabula, Matatu, Engenho Velho de Brotas, Mares (2 agências);	01 - 03 agências	20,90%
Canela, Garcia, Imbuí, Federação (3 agências);		
Porto Seco Pirajá, Centro Histórico, Rio Vermelho (4 agências);		
Liberdade, Calçada, Nazaré; Itaigara (5 agências);		
Ondina, Graça (6 agências);	04 - 09 agências	25,40%
Itapuã (7 agências);		
Brotas, Centro (13 agências);		
Barra (17 agências);		
Pituba (18 agências);	+ 10 agências	53,70%
Comércio (23 agências);		
Caminho das Árvores (24 agências);		
Salvador	201 agências	100%

Fonte: Elaborado por Nascimento (2011) com base nas informações da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER (2007), adaptado.

A área do Comércio totaliza 40 agências (levando em consideração as localidades Centro Histórico, Centro e Comércio)¹², enquanto a do Iguatemi um total de 47 (levando em consideração as localidades: Itaigara, Pituba e Caminho das Árvores). Além disso, assim como a área central do Comércio, o Iguatemi passou a concentrar grandes empreendimentos do setor de comércio e serviços:

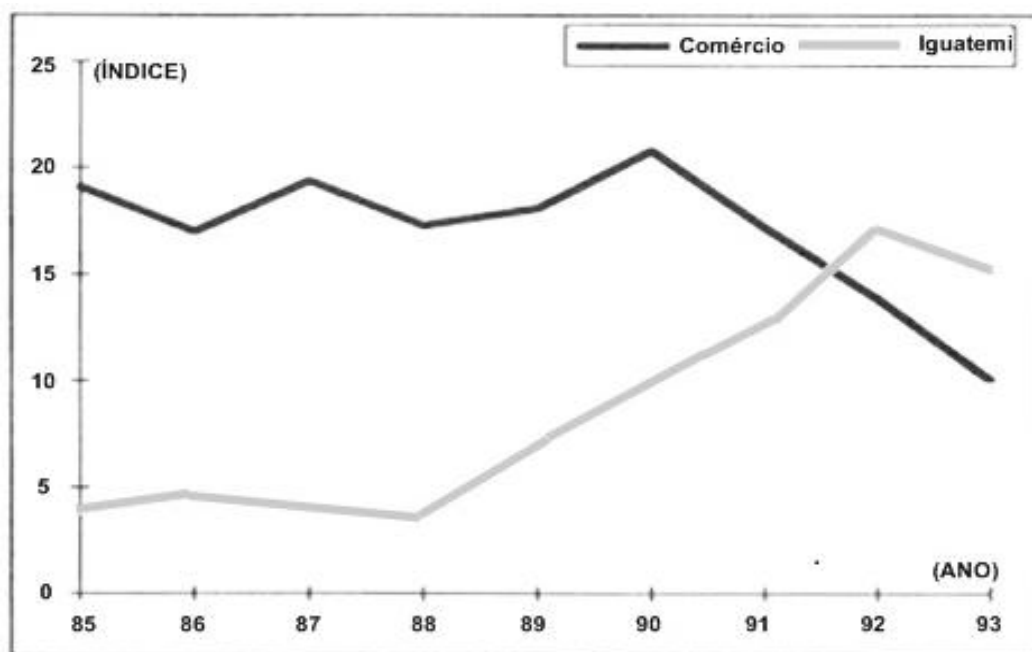
Com a alocação de infra-estuturas na área do vale do Camurugipe, surgiram em seu entorno imediato cerca de treze grandes empreendimentos do setor de comércio e serviços; tais como: o DETRAN (Departamento de Trânsito do Estado) (1973); a Estação Rodoviária (1974); o loteamento Caminho das Árvores (1974); o Shopping Center Iguatemi (1975); a Ótica Teixeira (1976); o DESENBANCO (1977) e a Construtora Odebrecht (1981). Estes empreendimentos foram seguidos por muitos outros de médio e grande porte ao longo das décadas de 1980 e 1990, como a Casa do Comércio; Hiper Paes Mendonça (1980), hoje Hiper Bomprego; o Macro, distribuidor de atacado; grandes lojas de materiais de construção como a Comercial Ramos, a TendTudo, a Madeireira Brotas e a Dismel; o hospital Aliança e uma unidade do Hospital Sarah Kubitscheck, além de diversas revendedoras de veículos, postos de venda de combustíveis e diversas agências bancárias, entre outros (Oliveira, 2002, p. 55).

De fato, é notório que com o início do funcionamento do Shopping Iguatemi em 1975, e todos os outros elementos aglutinadores ao seu entorno, a área do Comércio na Cidade Baixa onde funcionava o comércio varejista, escritórios comerciais, centros de distribuição, escritórios de advocacia e tantas outras atividades ligadas à vida da cidade, cede espaço para um novo centro financeiro. Contudo, isso não significa que o Comércio deixou de ser uma área central, mas sim, que as dinâmicas do núcleo central de cada área central são distintas, e como abordado neste artigo, é comum que aquilo que Candido (2014, p. 07) denominou como “propriedades geométricas”, manifeste-se de maneiras distintas, caracterização propriamente comum ao centro; além da conformação do próprio processo de centralidades, ainda que contenha as caracterizações genéricas apontadas por Corrêa (1989), tenha a liberdade de não ser exatamente iguais (Figura 3).

Na Figura 11 é possível observar que após a década de 1980, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tende a ampliar na área do Iguatemi, cruzando com o ICMS da área do Comércio na década de 1990. Isto evidencia que de fato houve uma intensificação do setor terciário na área do Iguatemi, incidindo diretamente na arrecadação do ICMS.

¹² As localidades foram definidas pela Companhia de Desenvolvimento da Bahia (CONDER), portanto, a segregação da localidade “Centro Histórico” para “Centro” foi realizada pela mesma.

Figura 11 – Área do Comércio e área do Iguatemi: Participação na arrecadação do ICMS no Estado da Bahia



Fonte: CPE – Secretária Municipal da Fazenda (SEFAZ) *apud* Oliveira (2002), adaptado.

Através da Figura 11 é possível observar ainda que a arrecadação não se mantém instável em nenhuma das duas áreas ao longo dos anos, pois são vários os fatores que podem interferir no crescimento ou declínio do mesmo, a exemplo da situação financeira do país e do comércio informal, que, muitas vezes, não manifesta-se nas estatísticas.

Assim como a área do Comércio, alguns Consulados estão alocados na área do Iguatemi, mais precisamente na Avenida Tancredo Neves, como o Consulado do Chile, Equador, Suécia, Gabão, Portugal, e El Salvador. Portanto, o que se pretende sinalizar é que com o avanço dos anos, aglutinaram-se elementos atrativos na área do Iguatemi, e assim como a área do Comércio, consolidou-se a atividade comercial/administrativa.

Uma explicativa para o processo de aglutinação que houve na área do Iguatemi, na perspectiva de Burgess, além da atração provocada pelas empresas, como já apontado aqui, é uma associativa a abordagem da expansão, na qual o sociólogo afirma que os processos de expansão, e especialmente o ritmo de expansão, podem ser estudados não só no crescimento físico e no desenvolvimento comercial, mas também nas mudanças resultantes na organização social e nos tipos de

personalidade (BURGESS, 1925). Essa perspectiva pode ser traduzida como a nova demanda social, novos gostos e preferências, explicando assim a utilização da área do Iguatemi por uma classe com maior poder aquisitivo, inclusive como previa o projeto, em contraponto ao Comércio.

Conclui-se que as perspectivas apontadas se completam, enquanto a de Burgess (1925) justifica a expansão com a preferência do indivíduo, Oliveira (2002) aponta a expansão dada como responsável pela tendência de um novo centro de influência. Pode-se então dizer que algumas pessoas foram atraídas para outro local, assim como algumas empresas e de que o planejamento desse novo local foi fundamental para essa atração. No fim, tem-se uma nova centralidade formada, que concentra uma fluidez, além das diversas atividades, que configuram-se como os elementos atrativos e que atribuem o caráter de área central, assim como ocorre na área do Comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação de interesses entre os agentes do capital privado com o Estado na produção espacial em Salvador é um fator primordial para criar novas centralidades. A participação dos agentes dos capitais, aliada ao planejamento da prefeitura, adequou às estruturas urbanas, viabilizando uma maior fluidez e acessibilidade a partir da década de 1970, todos esses fatores contribuem significativamente para a influência da nova centralidade – do Iguatemi (OLIVEIRA, 2002). Essa expansão pode ser traduzida através da eficiência da articulação entre o planejamento visível e o invisível¹³.

Como afirma Richardson (1978, p. 87) “tanto a taxa de crescimento de estoque de capital quanto o progresso técnico são determinados por a localização, urbanização e outras economias de aglomeração”. Pode-se observar que a concentração de empreendimentos de bens e serviços (áreas de responsabilidade, departamentos, etc.), caracteriza a existência da centralidade urbana, manifestada pelas áreas

¹³ Planejamento Visível e Invisível trata-se da abordagem de alguns teóricos que esclarecem que o visível resulta do planejamento, e o invisível são os reflexos/rebatimento dele no espaço urbano, ou seja, seu funcionamento, que ao tornar-se visível revela a eficiência (ou não) dos planos. Maiores informações sugere-se consulta de Oliveira (2002, p. 53-77).

centrais. Estas áreas podem perder ou ganhar articulação/atração, dividir forças e ter formatações distintas.

Na cidade do Salvador, existem duas grandes áreas centrais – Comércio e Iguatemi que apresentam distinções no setor comercial, caracterização geográfica, verticalização, mas se enquadram nas características padrões de área central, além de se destacarem dos outros espaços da cidade. Ainda que muitos estudos admitam que o Centro Histórico e a área central do Comércio, perdeu o papel para a área do Iguatemi, é possível observar que ainda se concentram uma série de elementos fundamentais para seu funcionamento, apresentando caracterizações decisivas para a conformação de uma centralidade, mantendo-se presente até os dias atuais.

A existência dos processos de centralidades que resultam áreas centrais são processos dinâmicos, que interagem com áreas hierárquicas distintas na cidade. Portanto, essas áreas não precisam ser idênticas, concentrar os mesmos centros ou os mesmos elementos atrativos.

Uma outra perspectiva já apontada preliminarmente por alguns estudos, e mesmo na observância da realidade empírica, equivale a conformação de múltiplos pequenos núcleos na cidade do Salvador, resultado do processo de descentralização. Esta é uma constatação que exige novos olhares sobre a realidade soteropolitana.

Observamos que a centralidade do Iguatemi tem passado por transformações intensas e recentes com a expansão desta área central na direção de eixos, a exemplo da Avenida Luiz Viana Filho (Av. Paralela). Embora essa perspectiva não tenha sido focalizada neste trabalho, esta conformação indica novas possibilidades de estudos posteriores.

O presente artigo propõe uma reflexão da conformação das duas principais centralidades da cidade de Salvador, não propondo assim uma preponderância de um centro sobre o outro. Há duas conformações com cenários totalmente distintos que resultaram a existência das centralidades aqui postas; a primeira: um centro baseado em uma economia portuária, que expande sua atração na cidade, e a segunda: um novo centro, criado por um planejamento prévio, com um novo setor terciário, atraindo uma nova camada social.

Em suma, o estudo caracteriza o processo da conformação das duas principais centralidades na capital baiana e aponta na análise empírica uma concretude baseada através da pesquisa de campo, refletindo como base estruturante das ideais postas. Por fim, vale ressaltar que este trabalho suscita novas pesquisas, aprofundando a compreensão sobre o fenômeno das centralidades em Salvador.

LA CONFORMACIÓN DE LAS DOS CENTRALIDADES EN LA CAPITAL BAIANA:

Zona del Comércio y del Iguatemi

RESUMEN

Los alrededores del Comércio, en Cidade Baixa, funcionó como principal centro financiero, comercial y de servicio en la ciudad del Salvador. Desde los años 1970, por medio de una planificación política y el inicio de la operación del centro comercial Iguatemi – actual *Shopping da Bahia* – el barrio del Comércio, en la perspectiva de centralidad urbana, comienza a compartir ese papel con otra zona: una nueva configuración espacial de la capital de Bahia se forma en las proximidades del Iguatemi. En este artículo se analiza la situación y las motivaciones de los factores que llevaron a la aparición de la nueva centralidad. Por lo tanto hay como prioridad las siguientes maneras de investigación: técnica, para levantar los datos, revisión de los teóricos, empírica y histórica. Con respecto al crecimiento de la ciudad y el desarrollo metropolitano que ocurrió con el avanza de los años en la ciudad de Salvador, la discusión teórica trató de comprender – en la producción del espacio urbano - sus centralidades.

Palabras clave: Centralidad Urbana; Barrio del Comércio; Iguatemi.

REFERÊNCIAS:

AGECOM – ASSESSORIA GERAL DE COMUNICAÇÃO (2014). **Salvador cresceu e ficou moderna sem perder o valor de sua história**. Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44159:salvador-cresceu-e-ficou-moderna-sem-perder-o-valor-de-sua-historia&catid=56:sp-489&Itemid=170>. Acesso em: 01/04/2016.

ALVES, Lidianne. **Os Processos Socioespaciais da Zona Periférica do Centro: um estudo da área central de Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Uberlândia. 2011. 310 p.

_____. Lidianne. **Reestruturação Urbana e criação de Novas Centralidades: Considerações sobre os Shoppings Centers**. Caminhos de Geografia, Uberlândia. V. 12. 2011b. p. 171-184.

ASSIS, Bruna. **Salvador 464 anos - Conheça os projetos que mudam a Cidade Baixa**. Tribuna da Bahia. Disponível em: <<http://www.tribunadabahia.com.br/2013/03/29/salvador-464-anos-conheca-os-projetos-que-mudam-cidade-baixa>>. Acesso em: 04/04/2016.

BARRETO, Rogério. **O centro e a centralidade urbana – aproximações teóricas em um espaço em mutação**. Curso de Doutorado em Geografia – Faculdade de Letras Universidade do Porto (FLUP). Portugal. 2010. p. 23-41.

BURGESS, Ernest W. O Crescimento da Cidade: introdução a um projeto de pesquisa In: PIERSON, Donald (Org.). **Leituras de Sociologia e Antropologia Social**. Porto Alegre: Martins, 1970. Cap. XXII, p. 353-368.

CANDIDO, Jônatas. **Multicentralidade e Policentralidade: A Zona Norte de Londrina**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória/ES. 2014 p. 1-12.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo. Editora Ática, Série Princípios, 4ª edição, 1989. 94 p.

CODEBA – Companhia das Docas do Estado da Bahia (2016). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodedba/pt-br/porto_salvador.php?secao=porto_salvador_apresentacao>. Acesso em: 30/03/2016.

FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário Vade Mecum: administração pública, ciências contábeis, direito, economia, meio ambiente: 14.000 termos e definições**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GANTOIS, Eduardo. **Rio Camarajipe** (2011). Disponível em: <<http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com.br/2011/10/rio-camurujipe.html>>. Acesso em: 02/05/2016.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p.

LOPES JR, Wilson. **A questão da centralidade Urbana numa cidade média paulista: Bauru – SP**. (Artigo) Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2005. 22 p.

MOTA, Luciana G. S. **Corredor da Vitória: uma discussão em torno dos valores contemporâneos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal da Bahia - UNEB. Salvador, 2008. 182 p.

NASCIMENTO, Vitor Souza do. **A concentração das agências bancárias no centro municipal Camaragibe**, Salvador – Bahia. Monografia (Bacharel em Urbanismo) Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Salvador. 2011. 63 p.

OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. **A área do Iguatemi: o novo centro econômico da cidade do Salvador: uma análise da produção espacial de novas centralidades**. 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia.

RICHARDSON, Henry W. **Crescimento Urbano**. In: _____. Economia Urbana. Rio de Janeiro. Interciência, 1978. Cap.3 p. 67-89.

SALVADOR, Prefeitura Municipal; Órgão Central do Planejamento Urbano. PLANDURB: **Projeto Pituba**. Salvador: OCEPLAN, 1976.

SANTOS, André L. C. **Salvador: O Centro Tradicional e o Novo Centro; Polinucleação ou Centro/Subcentro?** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro. 2001. 135 p.

SANTOS, Jânio. **A reestruturação da cidade de Salvador: Conflitos e interesses na lógica da centralidade urbana**. GeoTextos, vol. 6, n. 1, Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2010. p. 13-33.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade de Salvador: estudo de geografia urbana**. 2. ed São Paulo: EDUSP, Salvador: EDUFBA, 2008.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, 1973, 2ª edição. p. 11-25.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, M. E. B. II Encontro Nacional da ANGEPE. **A Gestão do Território e as Diferentes escalas da Centralidade Urbana**. Revista TERRITÓRIO, ano III, nº 4. Rio de Janeiro, 1998. p. 27-37.